

Política de Gestão de Conflitos de Interesses

1. OBJETIVO

A legislação do mercado de valores nacional em vigor atualmente, incluindo a legislação europeia aplicável, estabelece determinadas obrigações relacionadas com a gestão de conflitos de interesses, entre as quais se incluem a obrigação de instaurar, aplicar e manter uma política de gestão dos conflitos de interesses no ABANCA (doravante o Banco), que tenha em conta as sociedades do seu Grupo (doravante, o Grupo).

Nestes termos, o Banco dispõe de um Regulamento Interno de Conduta (doravante, o RIC) adaptado às alterações introduzidas pela respetiva legislação, em matéria de normas de conduta e de prevenção do abuso de mercado.

A finalidade da presente Norma consiste em servir de desenvolvimento ao RIC em matéria de gestão dos conflitos de interesses. Adicionalmente, quer o âmbito de aplicação do RIC quer as pessoas abrangidas pelo mesmo, reguladas pela Norma sobre o Âmbito de Aplicação do RIC, não sofrem alteração em virtude da aprovação da presente política.

O âmbito de aplicação desta Norma abrange qualquer funcionário do Banco, agente vinculado ao Banco, ou funcionário de um agente vinculado (doravante, as **personas relevantes**) e, em determinados casos, tal como consta da mesma, as pessoas e entidades a eles vinculadas.

O cumprimento da finalidade da presente Norma requer a **identificação** dos atos que potencialmente possam implicar um conflito de interesses prejudicial para um cliente do Banco, a **gestão** dos referidos conflitos de interesses e, em último caso, a **comunicação** destes aos clientes, de acordo com o estabelecido na legislação e no próprio RIC.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

2.1 Definição de conflito de interesses

Nos termos do ponto 3 do anexo 1 do RIC "*existirá conflito de interesses quando a imparcialidade de atuação das pessoas abrangidas possa ficar comprometida, no entender de um observador neutro e tal possa implicar prejuízo para os interesses de um cliente*".

Os conflitos de interesses poderão dar-se entre os interesses do Banco ou de alguma das sociedades do seu Grupo ou determinadas pessoas vinculadas ao Banco ou às referidas sociedades, e as obrigações do Banco ou das referidas sociedades do seu Grupo relativamente a um ou vários dos seus clientes. Adicionalmente, poderão ocorrer entre os interesses de dois ou mais clientes do Banco ou das sociedades do seu Grupo.

Para que exista um conflito de interesses é necessário que exista um possível prejuízo para um cliente.

2.2 Identificação de serviços, pessoas e cenários que possam gerar conflitos de interesses

A. Serviços

Os conflitos de interesses a que se refere a presente Norma pode surgir no âmbito da prestação de qualquer dos serviços de investimento que presta o Banco ou o seu Grupo. De seguida são enumerados os serviços prestados pelo ABANCA e pelo seu Grupo:

- a. A receção e transmissão de ordens de clientes relativamente a um ou mais instrumentos financeiros.

- b. A execução das referidas ordens por conta de clientes.
- c. A negociação por conta própria.
- d. Colocação de instrumentos financeiros.
- e. Garantia de uma emissão ou de uma colocação de instrumentos financeiros.
- f. Consultoria em matéria de investimento.
- g. Gestão discricionária de carteiras de investimento de clientes.

B. Pessoas

O Título IV do RIC estabelece os princípios básicos para a identificação e gestão dos conflitos de interesses.

O referido RIC é de cumprimento obrigatório para o próprio Banco e para as pessoas abrangidas nos termos da deliberação aprovada pelo Comité de Cumprimento do Banco, cujo registo mantém Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de conformidade legal no âmbito dos mercados de valores.

Na medida em que o RIC é de cumprimento obrigatório para o Banco e que a legislação atualmente em vigor alarga a necessidade de *"adotar medidas para detetar possíveis conflitos de interesses entre os seus clientes e a própria empresa ou o seu grupo"*, esta Política de Gestão de Conflitos de Interesse será aplicável as todas as pessoas relevantes do Banco e do seu Grupo, na medida em que realizarem atividades no âmbito dos Mercados de Valores e outros Serviços de Investimento (recepção, transmissão e execução de ordens, principalmente), e não apenas as pessoas sujeitas ao referido RIC, com exceção do indicado na alínea 3.2. m) seguinte.

Adicionalmente, nos termos do estabelecido na alínea 2.1. supra, os conflitos de interesses poderão emergir da pessoa sujeita ao RIC (ou da própria pessoa relevante, conforme aplicável), ou das **pessoas ou entidades a estas vinculados**. A este respeito, devem ser tidos em conta os seguintes vínculos:

- a. Os vínculos familiares, entendendo-se este como tais as pessoas com as quais se tenha uma relação familiar, de acordo com o estabelecido no RIC: cônjuge ou qualquer pessoa que possa ser considerada equivalente nos termos da legislação em vigor, os filhos e enteados a seu cargo, os familiares que estejam Há mais de um ano no mesmo domicílio do que a pessoa sujeita ou a pessoa relevante em causa.
- b. Os vínculos económicos, entendendo-se como tais as sociedades com as quais mantenha vínculos estreitos, ou seja: possua de forma direta ou indireta 20% ou mais dos direitos de voto ou do capital da sociedade, ou mantenha um vínculo de controlo, seja da própria pessoa relevante, ou de pessoa sujeita ao RIC ou de algum dos seus vínculos familiares. Presume-se que existe vínculo de controlo quando ocorre alguma das seguintes situações (estabelecidas na legislação nacional em vigor):
 - se possuir a maioria dos direitos de voto ou do capital social;
 - se tiver o poder de nomear ou destituir a maioria dos membros do órgão de administração o de fiscalização;
 - se puder dispor, nos termos de acordos celebrados com terceiros, da maioria dos direitos de voto;
 - se tiver nomeado a maioria dos membros do órgão da administração.
- c. Entendem-se como vínculos profissionais: qualquer tipo de relação de prestação de serviços ou outros vínculos contratuais diversos dos gerados pelos seus cargos ou empregos no Banco ou na sociedade do seu Grupo, próprias da pessoa relevante ou da pessoa sujeita ao RIC, ou de qualquer das pessoas ou sociedades referidas nas alíneas a) e b) anteriores.

C. Cenários

A legislação aplicável identifica diferentes situações em que podem existir conflitos de interesses. Em cada uma delas, são identificados possíveis exemplos de cenários que possam constituir um conflito de interesses:

- Situação 1: A empresa ou a pessoa em causa podem obter um benefício financeiro, ou evitar uma perda financeira, a expensas do cliente.

Esta situação pressupõe que, ou o Banco ou alguma sociedade do seu Grupo, ou a pessoa sujeita ao RIC ou ainda a pessoa relevante que presta o serviço de investimento, possa obter um ganho financeiro ou evitar uma perda financeira prejudicando o(s) cliente(s).

Como guia de apoio na identificação de situações que podem dar lugar à existência de conflitos de interesses, apresentam-se de seguida exemplos mais concretos de cenários nos quais um Banco ou uma pessoa do mesmo possa obter um ganho financeiro ou evitar uma perda financeira a expensas de um cliente:

1. Consultoria a clientes em matéria de investimentos financeiros ou serviço de gestão de carteiras: na medida em que as pessoas relevantes possam ter mais incentivos à venda de determinados produtos em comparação com outros, no âmbito da sua política remuneratória:
 - Entre diferentes tipos de produtos: se, por exemplo, se incentiva a venda de um produto em campanha, em detrimento de outros comparáveis, no âmbito da consultoria prestada ao cliente; ou se se incentiva a venda de produtos de maior risco sem informar adequadamente o cliente, geralmente relacionados com uma margem ou lucro superior para o banco e, em última instância, para o vendedor em termos de remuneração variável.
 - A comercialização de um fundo com comissão de gestão ou de comercialização para o Banco superior à de outros fundos comparáveis.
 - Existência entre os produtos relativamente aos quais se pode prestar consultoria (e efetuar a gestão de carteiras) de produtos próprios do Banco ou do seu grupo e outros produtos de terceiros.
2. Atribuições de operações no sentido de que se possa dar prioridade às operações do Banco para beneficiar de condições mais vantajosas em comparação com outras operações de clientes. Atualmente esta situação não pode ocorrer no Banco uma vez que não se faz agrupamento e atribuição de ordens, exceto nos casos em que é o próprio mercado a regular a atribuição de operações (por exemplo, no caso das OPV).
3. Atribuir, *a posteriori*, operações com benefícios para a carteira própria que possam corresponder a carteiras geridas de terceiros ou vive versa, isto é, atribuir a posteriori operações com perdas a carteiras geridas que possam corresponder à carteira própria. Atualmente esta situação não pode ocorrer no Banco uma vez que não se faz o agrupamento e atribuição de ordens.
4. Venda de valores por conta de clientes em mercados com pouca liquidez ou não transparentes em comparação com outras alternativas que possam implicar um elevado rendimento para o banco.
5. Rotação excessiva das carteiras no âmbito da consultoria ou gestão de carteiras, com a finalidade de cobrar mais comissões.
6. Elaboração de planos comerciais nos quais se proponha aos clientes a venda de produtos de investimento garantidos pelo Banco que possa implicar uma perda no investimento ou a sua recuperação num prazo mais dilatado.
7. Concessão de empréstimos do próprio Banco aos clientes com a finalidade de alavancar os seus investimentos, expondo-os a risco de mercado e a elevados custos de crédito.

8. Venda cruzada: o Banco pode condicionar o acesso a um determinado contrato ou serviço financeiro através da aquisição de produtos ou serviços adicionais.

- Situação 2: a empresa ou a pessoa em causa tem um interesse no resultado do serviço prestado ou da operação efetuada por conta do cliente, que é diferente do interesse do cliente relativamente a esse resultado.

Esta situação pressupõe que, ou o Banco ou alguma sociedade do seu Grupo, ou a pessoa sujeita ao RIC ou ainda a pessoa relevante que presta o serviço de investimento, têm interesse em que o cliente realize uma operação na qual o cliente não está interessado.

Exemplos de cenários nos quais um Banco ou uma pessoa pertencente ao mesmo tenha interesse em realizar uma operação na qual o cliente não tenha interesse e tal possa implicar um prejuízo para o cliente, seriam:

1. No âmbito de acordos de gestão de carteiras nos quais a remuneração esteja fixada em função dos resultados, a possibilidade de não serem cumpridos os níveis de risco acordados com a finalidade de obter uma comissão de gestão superior.
2. Não prestar de forma objetiva o serviço de colocação de instrumentos financeiros em geral, ou o serviço de colocação de instrumentos financeiros emitidos pelo Banco ou sociedades do seu Grupo.
3. Para procurar assegurar o êxito de uma emissão, o Banco pode conceder empréstimos a taxas abaixo do mercado aos investidores, com a condição de que esses montantes sejam utilizados na subscrição dos instrumentos financeiros emitidos.
4. O Banco poderá tratar de incentivar os seus clientes para que estes adquiram ações numa OPV, nos primeiros dias de negociação, prometendo um tratamento preferencial, embora o real interesse do Banco seja assegurar o êxito da emissão.
5. Na eventualidade do Banco ter uma elevada exposição a uma empresa cujo risco de crédito aumentou, poderia ver-se tentado a apoiar essa empresa na emissão de instrumentos financeiros, transferindo o risco de crédito do Banco para os investidores.
6. Ligação entre Conselhos de Administração, ou seja, a presença da empresa ou de pessoas sujeitas na administração de entidades não financeiras. Tal poderia gerar conflitos de interesses, nomeadamente no caso de as referidas entidades não financeiras serem clientes, o acesso a produtos e serviços de investimento em condições mais vantajosas do que os restantes clientes.

- Situação 3: a empresa ou a pessoa em causa tem incentivos financeiros ou de qualquer outro tipo para favorecer os interesses de clientes terceiros, em detrimento dos interesses próprios do cliente em causa.

Esta situação pressupõe que, ou o Banco ou alguma sociedade do seu Grupo, ou a pessoa sujeita ao RIC ou ainda a pessoa relevante que presta o serviço de investimento, tenham algum incentivo para favorecer os interesses de um cliente em detrimento dos de outro.

Como guia de apoio na identificação, apresentam-se de seguida exemplos mais concretos de cenários nos quais um Banco ou uma pessoa pertencente ao mesmo possa obter um incentivo em detrimento dos interesses do cliente:

1. Receção de ordens de um cliente para a compra/venda de determinados ativos (por ex. ações ou rendimento fixo) e para o seu efetivo cumprimento atrasa a compra/venda do mesmo ativo por parte de outro cliente até não ter sido executada a operação do primeiro.

2. Intermediação de operações por conta de clientes não profissionais e de clientes institucionais: atribuindo posteriormente os melhores preços a clientes institucionais.
3. Venda de valores por conta de clientes em mercados com pouca liquidez ou não transparentes que possam implicar um elevado benefício para outro cliente (por ex., favorecer um cliente de gestão de carteiras, como forma de melhorar a "performance" da sua carteira ou encobrir perdas anteriores).
4. Colocação de instrumentos financeiros em membros dos órgãos de administração e gestão de clientes institucionais do Banco com o objetivo de gerar negócio no futuro, de forma tal que se beneficiam essas pessoas em detrimento dos restantes clientes do Banco.

- Situação 4: a empresa ou a pessoa relevante desenvolve a mesma atividade que o cliente.

Não foram identificados possíveis cenários nos quais se possa equacionar um conflito de interesses deste tipo.

- Situação 5: a empresa ou a pessoa relevante recebe ou vai receber de um terceiro um incentivo relacionado com o serviço prestado ao cliente, sob a forma de numerário, bens ou serviços, diverso da comissão ou retribuição habitual pelo serviço em causa.

Esta situação pressupõe que, ou o Banco ou alguma sociedade do seu Grupo, ou a pessoa sujeita ao RIC, ou a pessoa relevante que presta o serviço de investimento, vai receber, de outra pessoa diversa do cliente, algum tipo de incentivo, para além da comissão que o Banco recebe habitualmente pela prestação do serviço de investimento.

Como guia de apoio na identificação, apresentam-se de seguida exemplos mais concretos de cenários nos quais um Banco ou uma pessoa pertencente ao mesmo possa receber um incentivo relativamente a um serviço prestado a um cliente:

1. Uma gestora promove atividades de compensação (por ex. através de viagens, refeições, ou atividades similares) junto dos funcionários do Banco que desenvolvam um maior trabalho de comercialização dos seus produtos.

Atualmente, as gestoras de Instituições de Investimento Coletivo com que o Banco trabalha não desenvolvem este tipo de atividades, mas se no futuro as vierem a realizar, implicaria um potencial conflito de interesses, que seria tratado de acordo com os princípios detalhados na presente política.

2. Qualquer incentivo identificado na política de incentivos que possa entrar em conflito com o dever do Banco atual com honestidade, imparcialidade e profissionalismo no ótimo interesse dos seus clientes.

Adicionalmente, no Anexo I da presente Política inclui-se, por cada um dos serviços de investimento e serviços auxiliares prestados pelo Banco, uma identificação dos cenários suscetíveis de gerarem conflitos de interesses e as medidas de gestão e de atenuação de cada um deles.

Poderão ocorrer outros conflitos decorrentes da contratação de produtos ou a realização de operações muito concretas e que seriam objeto de identificação, gestão e registo por parte do ABANCA.

Se em qualquer área do Banco, ou do seu Grupo, for identificado um possível cenário de conflito de interesses que não tenha sido detetado anteriormente e abrangido pela presente Política, deverá dar-se conhecimento imediato da situação à área de Conduta do Mercado de Valores ou ao departamento que assegure as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, adotando, enquanto a situação não tiver sido analisada pela Direção, as medidas que considerem

oportunas para a sua gestão. A função de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que assegurar a funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, analisará o cenário identificado e proporá as medidas para a sua gestão que considerem mais adequadas e que serão incluídas na próxima revisão da presente Política.

3. PROCEDIMENTOS E MEDIDAS PARA A GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

3.1 Princípios Gerais

Os procedimentos e medidas para a gestão dos conflitos de interesses devem ter por objeto garantir:

- O grau indispensável de independência na prestação dos serviços de investimento.
- O princípio da proporcionalidade (em função da dimensão e atividades do Banco e do seu grupo, e a importância dos riscos de prejuízo para os interesses dos clientes).
- A prioridade dos interesses dos clientes face aos do Banco e do seu Grupo e a igualdade de tratamento entre os diferentes clientes.

3.2 Procedimentos e medidas específicas

Uma pessoa não poderá desempenhar funções no Banco que, por serem geradoras de conflitos de interesses, devam ser consideradas incompatíveis.

As pessoas cujas funções principais sejam a prestação de serviços de investimento por conta ou a favor de clientes com interesses contrários ou que de algum modo possam representar interesses diferentes e que possam entrar em conflito, serão objeto de supervisão direta e separada. Desta forma, não será possível a pessoa exercer influência inadequada sobre a forma como outra presta serviços de investimento aos clientes.

Os procedimentos para impedir ou controlar o intercâmbio de informação entre pessoas sujeitas ao presente que participam em atividades que comportem o risco de conflito de interesses, bem como o estabelecimento de Áreas Separadas no Banco e no seu Grupo, constam da Norma sobre Áreas Separadas e Barreiras de Informação que desenvolve o Título III do RIC relativamente à Prevenção do Abuso de Mercado.

São adicionalmente estabelecidos os procedimentos e medidas infra descritos, de acordo com a aplicação dos princípios gerais assinalados:

- a. É proibida a existência de qualquer relação direta entre a remuneração de qualquer pessoa abrangida pelo âmbito de aplicação da presente Política de Gestão de Conflitos de Interesses e a atividade por elas ou por outras áreas desenvolvida, quando da referida retribuição possam surgir conflitos de interesses no desempenho da atividade profissional.

Para o efeito, o Capital Humano assegurar-se-á que os sistemas de retribuição garantam: (1) a inexistência de esquemas de retribuição ligada entre áreas separadas que possam potenciar conflitos de interesses; e (2) a inexistência de esquemas de retribuição dentro de uma mesma área, que possam potenciar os referidos conflitos. As possíveis incidências a este respeito serão comunicadas ao Departamento de Conduta do Mercado de Valores ou ao departamento que desempenhar todas as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores.

- b. Em qualquer caso, de acordo com a legislação em vigor, nos casos em que for prestado o serviço de consultoria em matéria de investimentos, os produtos que forem recomendados ao cliente deverão cumprir o perfil de risco do cliente ao qual são recomendados.
- c. Serão cumpridas as exigências legais estabelecidas nos casos em que for prestado o serviço de colocação de instrumentos financeiros em geral, sendo maximizada a diligência nos casos

em que seja prestado o serviço de colocação de instrumentos financeiros emitidos pelo Banco ou por sociedades do seu Grupo. Em particular, exigir-se-á que o serviço de colocação se preste de forma imparcial colocando sempre em primeiro lugar o interesse do cliente face ao do próprio Banco ou das sociedades do seu Grupo e facultando ao cliente toda a informação acerca do produto de forma objetiva, exata, suficiente, compreensível e não enganosa. Para o efeito, na colocação de novos produtos, o departamento de Conduta do Mercado de Valores ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento nos mercados de valores, deverá rever e validar as condições do produto, a informação a disponibilizar ao cliente, bem como o grupo alvo a que se dirigirá a oferta e a forma de comercialização.

- d. Não é permitida a rotação excessiva das carteiras com a finalidade de cobrar mais comissões.
- e. Em caso algum poderão ser aceites as pessoas abrangidas por esta Política de Gestão de Conflitos de Interesses ou as pessoas com as quais aquelas tenham uma relação familiar nos termos da definição constante do RIC, nem as sociedades que aquelas controlem efetivamente, nem qualquer outra interposta pessoa, ofertas, comissões, nem qualquer outra oferta que possa condicionar a objetividade e independência da tomada de decisões. Entende-se como tal os casos em que o valor da oferta recebida seja desproporcionado ou anormal face aos bons usos e costumes da relação comercial.
- f. Foram implementados procedimentos para a Execução Ótima das Ordens dos nossos clientes, constantes da correspondente Política, com a finalidade de assegurar quer não se coloca nenhuma situação de conflito de interesses na qual sejam enviadas ordens de clientes para mercados ou centros de execução em benefício do Banco.
- g. Foram implementados procedimentos para a Gestão das Ordens, constantes da correspondente Política, com a finalidade de assegurar quer não se coloca nenhuma situação de conflito de interesses na qual se favoreça um cliente em detrimento de outro.
- h. As pessoas abrangidas pela presente Política ou as pessoas ou entidades vinculadas às mesmas deverão solicitar autorização à área de Conduta do Mercado de Valores, ou ao departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, previamente à sua formalização, relativamente às ordens sobre os valores emitidos pelo próprio Banco ou sociedades do seu Grupo que desejem realizar a colocação por conta própria, pelo menos na sessão imediatamente anterior àquela em que desejem dar a ordem ou realizar a operação.
- i. Da mesma forma, as pessoas abrangidas pela presente Política não poderão, de forma direta ou indireta, dar oferta ou outro tipo de remuneração a clientes ou a outro tipo de entidades com as quais o Banco ou o seu Grupo mantenham algum tipo de relação, que possa exceder os hábitos comerciais ou usos do próprio Banco.
- j. Adicionalmente, as pessoas abrangidas pela presente Política também não poderão receber qualquer incentivo de terceiros que possa constituir uma situação de conflito de interesses entre o Banco e um cliente ou entre clientes.
- k. Uma mesma pessoa, de entre as abrangidas pela presente Política, não poderá ser administradora em duas sociedades que desenvolvam a mesma atividade, sempre que a referida atividade estiver relacionada com os Mercado de Valores e a prestação de serviços de investimento, exceto se existir autorização do Conselho de Administração mediante parecer prévio favorável da Comissão de Nomeações.
- l. As pessoas relevantes do Banco ou do seu Grupo, abrangidas pela presente Política não poderão desempenhar cargos, funções ou representações em empresas concorrentes, empresas fornecedoras de bens e serviços ou em sociedades que possuam uma relação de domínio ou de controlo em empresas concorrentes, sempre que dessa situação possa emergir um conflito de interesses para a pessoa relevante.
- m. As pessoas relevantes e membros do Conselho de Administração abrangidos pela presente Política que integrem os Órgãos de Administração de entidades não financeiras (quer em nome próprio quer em representação de o ABANCA ou do seu Grupo), devem exercer as suas

funções e atribuições sem incorrer em conflitos de interesses. Neste sentido atendendo ao procedimento específico relativo a Operações Vinculadas Principais, quando as operações que forem realizadas sejam consideradas vinculadas em virtude do indicado no mesmo, e não forem realizadas nas condições normais de mercado, deverão ser transferidas pelo órgão ordinário de aprovação (que nestes casos será proposto), para a Direção Geral de Governança Corporativa e Assuntos Jurídicos, para que sejam incluídas na agenda da reunião seguinte da Comissão de Auditoria e Cumprimento para que elabore o seu relatório, pronunciando-se em especial sobre a inocuidade da operação para o património social, sobre a igualdade de tratamento, quanto às condições de mercado e à transparência do processo.

- n. Nenhuma pessoa relevantes do Banco ou do seu Grupo poderá aumentar o número de ordens de clientes para a sua execução no Mercado, com o objetivo de aumentar os volumes negociados.
- o. De acordo com o estabelecido no parágrafo 2.2 B) anterior, apenas as pessoas sujeitas ao RIC deverão apresentar perante o Comité de Cumprimento do Banco, e manter permanentemente atualizada, uma declaração na qual detalhem os seus vínculos relativamente aos quais possa surgir um conflito de interesses nos termos estabelecidos na presente Política.
- p. A aceitação de qualquer cargo, designação ou nomeação alheios à sua atividade profissional no Banco ou em sociedade do seu Grupo por parte de um funcionário, que possa condicionar a sua independência, deverá ser previamente autorizada pelo Comité de Cumprimento.

No caso de o departamento de Conduta do Mercado de Valores ou o do departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores terem conhecimento de situações que impliquem um risco de influência sobre uma pessoa sujeita que possa implicar um potencial conflito de interesses, proporá ao Comité de Cumprimento a adoção de medidas oportunas para eliminar o referido risco.

3.3 Resolução de conflitos

Se apesar das medidas específicas constantes do parágrafo anterior, ocorrer alguma situação concreta de conflito de interesses, deverão ser iniciados os seguintes procedimentos com vista à sua resolução.

A resolução dos potenciais conflitos de interesses que possam surgir serão da responsabilidade, consoante a área em que surgir o mesmo, de:

A. Área separada

No caso de conflitos que surjam no âmbito de uma área separada, os conflitos de interesses serão resolvidos pelo responsável da área separada afetada.

B. Entre várias áreas separadas com superior hierárquico imediato comum.

Na eventualidade de afetar várias áreas, será resolvido pelo superior hierárquico imediato comum a todas elas.

C. Outros casos

Se o conflito surgir entre diferentes áreas separadas que não tenham um superior hierárquico imediato em comum ou no âmbito de uma área não identificada como área separada, ou em qualquer outro âmbito, será dirimido por quem for designado pelo Presidente do Comité de Cumprimento. No caso das áreas envolvidas não estarem de acordo com a designação efetuada pelo Presidente do referido Comité, deverá ser convocada uma reunião do Comité para designação do responsável pela resolução do conflito identificado.

Em qualquer caso, se surgir alguma dúvida acerca da forma de resolver o conflito, poderá ser consultado o departamento de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores.

Na resolução dos conflitos de interesses, deverão ser tidas em conta as seguintes regras:

- a. No caso de conflito de interesses entre o Banco e um Cliente, deverão ser salvaguardados os interesses deste último.
- b. Em caso de conflito entre clientes:
 - i. procuraremos evitar favorecer qualquer deles.
 - ii. não poderá em caso algum, serem reveladas a alguns clientes as operações realizadas por outros.
 - iii. não poderá ser incentivada a operação por um cliente com a finalidade de beneficiar outro.

O responsável pela resolução do conflito deverá comunicar à área de Conduta do Mercado de Valores, ou ao departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, os conflitos que surgirem, **logo que se tomar conhecimento do conflito que surgiu, bem como a decisão acerca da sua resolução e as possíveis consequências resultantes, com a maior brevidade possível**, de modo a que a referida Área possa efetuar as avaliações que considere oportunas com vista a salvaguardar da melhor forma os interesses dos clientes potencialmente prejudicados. A informação que deverá ser facultada é identificada no parágrafo seguinte.

4. REGISTO DE SERVIÇOS OU ATIVIDADES QUE DÃO ORIGEM A CONFLITOS DE INTERESSES

O departamento de Conduta do Mercado de Valores ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores do Banco, manterá um registo atualizado dos serviços e atividades de investimento em que tiver surgido um conflito de interesses.

O nível de detalhe da informação necessária para o referido registo é o seguinte:

- i. Identidade das pessoas que estiveram expostas ao conflito de interesses.
- ii. A data em que teve origem o conflito.
- iii. A data em que foi comunicado ao Comité de Conformidade Legal a existência desse potencial conflito e restantes circunstâncias relacionadas com o mesmo.
- iv. Os instrumentos ou serviços a que faz referência o conflito.
- v. O motivo de surgimento do conflito e a descrição detalhada da situação.
- vi. A gestão efetuada relativamente ao conflito e a resolução dada ao mesmo (sanação, minimização ou comunicação ao cliente).

Os potenciais conflitos de interesses deverão ser registados no momento em que forem identificados, de acordo com o previsto na legislação sobre registos mínimos a manter pelas empresas que prestem serviços de investimento.

A Comissão de Auditoria e Cumprimento receberá com frequência mínima anual, relatórios escritos acerca das medidas adotadas para a gestão de conflitos de interesses identificados.

5. COMUNICAÇÕES E ADVERTÊNCIAS A CLIENTES EM MATÉRIA DE CONFLITOS DE INTERESSES

5.1 Comunicação dos aspetos mais relevantes da política

Na informação pré-contratual que anteriormente à formalização de qualquer serviço ou atividade de investimento entre o Banco e os seus clientes é entregue a todos os clientes, inclui-se um apartado específico sobre a Política de Gestão de Conflitos de Interesses do Banco e do seu Grupo, em cumprimento do estabelecido na MiFID.

Na referida comunicação consta de forma resumida o objeto da política de Gestão de Conflitos de Interesses:

- identificação de circunstâncias potencialmente geradoras de um conflito de interesses,
- referência à existência de procedimentos e medidas estabelecidas para a prevenção dos conflitos e para a sua gestão,
- obrigação de registo das atividades em que surgiu um conflito de interesses,
- referência aos procedimentos para comunicar previamente aos clientes a existência de um conflito de interesses que não tenha podido ser evitado.

No caso de um cliente solicitar a Política de Gestão de Conflitos de Interesses em vigor no Banco, deverá ser-lhe entregue uma cópia do RIC, bem como das Normas sobre a Política de Operações Separadas, Barreiras de Informação e Tratamento da Informação Privilegiada e da presente (Política de Gestão de Conflitos de Interesses), para tal poderá utilizar o meio que acordar com o cliente e que garanta que foi colocada à sua disposição e que o mesmo a pode conservar.

5.2 Comunicações a efetuar a clientes em situações específicas

Se as medidas adotadas pelo Banco, de acordo com o estabelecido nos pontos anteriores, não forem suficientes para garantir, com um grau de certeza razoável, que foi evitado o risco de prejuízo para os interesses do(a) cliente(s), o Banco comunicará aos afetados a natureza e origem do conflito, bem como as medidas adotadas para atenuar o referido risco, anteriormente à prestação do serviço de investimento afetado pelo referido conflito de interesses.

A comunicação ao cliente deverá compreender a existência do próprio conflito de interesses e a natureza ou origem do mesmo, a data em que é efetuada essa comunicação, bem como os possíveis impactos e riscos que poderia comportar no âmbito da prestação do serviço de investimento solicitado. Adicionalmente, indicará claramente que as medidas estabelecidas pelo Banco para prevenir ou gerir o conflito de interesses não são suficientes para garantir que irá ser evitado o risco de prejuízo para os interesses do cliente, tudo isso com detalhe suficiente para que o cliente possa tomar uma decisão com conhecimento de causa. A referida comunicação será efetuada em suporte duradouro e deverá ficar comprovada a sua realização. Para o efeito, o(s) cliente(s) deverá(ão) assinar uma cópia da mesma.

A comunicação anteriormente descrita deverá constituir uma solução de último recurso, sendo utilizada unicamente nos casos em que as medidas adotadas não forem suficientes para garantir que se evitará prejudicar os interesses do cliente. O recurso excessivo à comunicação a clientes dos conflitos de interesses considera-se que constitui uma deficiência da presente Norma.

O modelo de comunicação aos clientes da advertência a efetuar, bem como a descrição do procedimento estabelecido para a sua comunicação e comprovativo da mesma, deverão ser enviados para o departamento de Conduta do Mercado de Valores, ou para o departamento que desempenhar as funções de conformidade legal no âmbito dos mercados de valores, pelo responsável pela resolução do potencial conflito identificado. O original da comunicação efetuada ao cliente deverá ser arquivado pelo balcão ou pelo departamento que efetuou a comunicação.

Em caso de dúvida acerca da advertência a realizar, poderá ser consultada o departamento de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores.

Quando os clientes não dão o seu consentimento ao conflito de interesses comunicado através da assinatura da referida comunicação, o Banco abster-se-á de prestar o serviço de investimento afetado por um conflito de interesses que não possa ser adequadamente controlado para evitar qualquer possível efeito negativo sobre os clientes.

6. REGIME PARA OPERAÇÕES VINCULADAS ENTRE DEPOSITÁRIO E ENTIDADES DEPOSITADAS

6.1 Âmbito de aplicação subjetivo

Consideram-se operações vinculadas as que são realizadas pelas pessoas ou entidades enumeradas no artigo 35 do RIC, ou seja, as efetuadas pelo Banco com as seguintes entidades para as quais preste o serviço de depósito:

- a) As entidades gestoras de fundos de pensões, quando estas operações afetem um fundo de pensões relativamente ao qual a entidade atua como gestora e o Banco como depositário.
- b) Qualquer outra entidade que pertença ao seu mesmo Grupo, quando afetem um fundo de pensões relativamente ao qual atue como depositário.
- c) Qualquer promotor ou entidade do seu grupo, de planos de pensões adstritos a um fundo de pensões do qual o Banco atue como depositário.

6.2 Âmbito de aplicação objetivo

Consideram-se operações vinculadas as seguintes:

- a) A cobrança de remunerações pela prestação dos serviços a um Fundo de Pensões, exceto os correspondentes ao Banco na qualidade de Depositário do Fundo em que ocupar tal posição.
- b) A obtenção por um Fundo de Pensões, do qual o Banco seja Depositário, de financiamento ou constituição de depósitos.
- c) A aquisição por um Fundo de Pensões, do qual o Banco seja Depositário, de valores ou instrumentos emitidos ou objeto de aval por alguma das pessoas definidas no ponto 6.1 ou em cuja emissão alguma das referidas pessoas, atue como colocador, garante, diretor ou assessor.
- d) Qualquer negócio, transação ou prestação de serviços nos quais intervenha um Fundo de Pensões, do qual o Banco seja depositário, e qualquer empresa do seu grupo económico ou dos promotores dos Planos de Pensões adstritos aos Fundos de Pensões dos quais o Banco seja Depositário, ou de algum dos membros dos seus respetivos conselhos de administração; qualquer membro das Comissões de Controlo do Fundo de Pensões ou dos Planos de Pensões adstritos; ou outro Fundo de Pensões ou património gerido pela mesma sociedade gestora ou por outra entidade Gestora do grupo.

Também serão consideradas operações vinculadas as operações previstas no presente parágrafo quando forem levadas a cabo através de interpostas pessoas ou entidades.

6.3 Operações não vinculadas

Para efeitos deste regime especial, não se consideram operações vinculadas as seguintes:

- a) As realizadas por um Fundo de Pensões, do qual o Banco seja o Depositário, com o Banco, que forem consequência necessária das funções assumidas por este como tal.

- b) A compra e venda de ações de Sociedades de Investimento e as subscrições e reembolsos de participações de Fundos de Investimento.
- c) As operações que forem realizadas em mercados regulados nas condições estabelecidas nos mesmos com livre formação de preços e concorrência.

6.4 Condições para a realização de operações vinculadas

As operações vinculadas, de acordo com o estabelecido no presente parágrafo 6 da Norma Geral, deverão ser realizadas no interesse exclusivo do Fundo de Pensões, dos quais o Banco seja Depositário, e a preços e em condições iguais ou melhores do que as do mercado. As sociedades gestoras correspondentes deverão regular os seus próprios procedimentos internos de aprovação e informação das referidas operações vinculadas.

7. PRINCÍPIOS QUE REGEM A ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ANÁLISES FINANCEIRAS

7.1 Definição de relatório de investimento

A legislação em vigor define os relatórios de investimento como:

Qualquer informação que, sem ter em conta as circunstâncias pessoais concretas do cliente a que se destina, recomende ou proponha uma estratégia de investimento, de forma explícita ou implícita, sobre um ou vários instrumentos financeiros, incluindo qualquer parecer sobre o valor ou preço atual ou futuro de tais instrumentos, sempre que a informação se destinar aos canais de distribuição ou ao público e desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

- a. Que o relatório de investimento se qualifique como tal, ou como análise financeira ou qualquer termo semelhante a estes, ou ainda que seja apresentado como uma explicação objetiva ou independente dos emitentes ou instrumentos sobre os quais efetua recomendações;
- b. Que, quando a recomendação for efetuada por uma empresa de serviços de investimento a um cliente, não constitua consultoria em matéria de investimento, em conformidade com o estabelecido na legislação do mercado de valores.

Toda a informação que não cumprir os requisitos da definição do parágrafo anterior deverá ser considerada comunicação publicitária, devendo ser claramente identificada como tal.

7.2 Princípios e regras aplicáveis

O Banco não elabora atualmente relatórios de investimento (*research*). Nesta matéria o Banco limita-se a divulgar ao público ou a clientes, relatórios de investimento elaborados por terceiros, cumprindo neste sentido, as condições estabelecidas na legislação:

- A pessoa que elabora os relatórios de investimento e os fornece ao Banco não é membro do Grupo.
- O Banco não altera as recomendações descritas nos relatórios de investimento.
- O Banco não apresenta o relatório de investimento como sendo elaborado pelo próprio.
- Por último, ao serem divulgados relatórios de investimento de uma empresa de prestação de serviços de investimento espanhola, esta está sujeita aos requisitos de prevenção de conflitos de interesses e adotando as medidas adequadas relacionadas com a gestão dos conflitos de interesses.

8. REGRAS SOBRE A ATRIBUIÇÃO E DESAGREGAÇÃO DE ORDENS GLOBAIS

Com o objetivo de evitar possíveis conflitos de interesses, quando se transmitir ao mercado, ou a outro intermediário para sua execução, uma ordem global ou que não identifique o titular por conta do qual atua, serão observadas as seguintes regras:

- a) A decisão de investimento a favor de um determinado cliente, ou da própria entidade ou do seu grupo, deverá ser aprovada previamente à transmissão da ordem ao intermediário e, consequentemente, antes de ser conhecido o resultado da operação.
- b) As unidades competentes da entidade deverão dispor de critérios pré-estabelecidos de distribuição ou desagregação de ordens globais, que se baseiam nos princípios da equidade e da não discriminação.

O cumprimento dos requisitos anteriores deverá ficar comprovado documentalmente, de forma objetiva, verificável e não manipulável.

9. REVISÃO PERIÓDICA DA POLÍTICA

O departamento de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, procederá à revisão com periodicidade anual da Política de Gestão de Conflitos de Interesses, tendo em conta as eventuais alterações ocorridas na legislação comunitária, a sua transposição e desenvolvimento legislativo nacional e os procedimentos internos, revendo ainda a eficácia das medidas preventivas e o cumprimento prático dos procedimentos para a identificação, gestão e comunicação dos conflitos de interesses que tiverem surgido, cujos resultados integrarão o relatório anual que apresentará à Direção de Topo. Nestes termos, aquela área será responsável por informar os diferentes responsáveis quanto às alterações significativas que irão ser implementadas na política.

10. APROVAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR

A presente norma e as suas sucessivas alterações deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração do ABANCA, entrando em vigor desde o momento da referida aprovação.

ANEXO I: RELAÇÃO DE CENÁRIOS SUSCETÍVEIS DE GERAR UM CONFLITO DE INTERESSE E MEDIDAS DE GESTÃO

SERVIÇO DE INVESTIMENTO AUXILIAR	IDENTIFICAÇÃO DO CONFLITO	MEDIDAS DE GESTÃO
Receção, transmissão e execução de ordens de clientes	Venda de valores por conta do cliente em mercados com pouca liquidez ou não transparentes.	Política de Execução de Ordens
	Receção de ordens de um cliente relativamente a determinados ativos atrasando a compra/venda do mesmo ativo por parte de outro cliente até não ter sido executada a operação do primeiro.	Política de Gestão de Ordens
	Intermediação de Operações por conta de clientes não profissionais e de clientes institucionais: atribuindo posteriormente os melhores preços a clientes institucionais.	Política de Gestão de Ordens
Consultoria em matéria de investimento e de Gestão Discricionária de Carteiras	Recomendação de produtos que geram maior margem para o Banco ou retribuição para a pessoa relevante,	Política Remuneratória Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
	Recomendação de um fundo com comissão de gestão ou comercialização superior à de outros fundos comparáveis.	Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente Política de Execução de Ordens
	Existência, entre os produtos sobre os quais se pode prestar consultoria, de produtos próprios do Banco ou do seu Grupo.	Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
	Rotação excessiva das carteiras com a finalidade de cobrar mais comissões.	Proibição de rotação excessiva das carteiras.
	Remuneração da carteira em função dos resultados desta.	Política Remuneratória Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
Colocação de instrumentos financeiros	Oferecer empréstimos com taxas abaixo do mercado a investidores, na condição de que os fundos sejam utilizados para subscrever os instrumentos financeiros emitidos	Procedimento de colocação de instrumentos financeiros
	Incentivar os clientes a adquirir os instrumentos financeiros emitidos nos primeiros dias de negociação para assegurar o êxito de uma emissão	Procedimento de colocação de instrumentos financeiros
	Assessorar uma empresa (na qual tenha uma elevada exposição) na emissão de instrumentos financeiros para transferir o risco de crédito para os clientes.	Procedimento de colocação de instrumentos financeiros
	Colocação de instrumentos financeiros em membros dos órgãos de administração e gestão de clientes institucionais do Banco com o objetivo de gerar negócio no futuro.	Procedimento de Colocação de instrumentos financeiros Política de Alocação
Comuns a qualquer serviço de investimento	Venda cruzada	Proibição de condicionar a contratação de um produto ou a prestação de um serviço *a aquisição de produtos ou serviços adicionais.
	Recebimento de incentivos de terceiros relacionados com a prestação de serviços de investimento ao Cliente.	Política de Incentivos.
	Venda de produtos de investimento garantidos pelo Banco que possam implicar perdas ou a recuperação do investimento a longo prazo.	Questionário de Avaliação de Conhecimentos e Experiência e/ou advertências ao cliente Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente

	Concessão de empréstimos do Banco ao cliente para alavancar os seus investimentos.	Questionário de Avaliação de Conhecimentos e Experiência e/ou advertências ao cliente Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
	Ligação entre Conselhos de Administração.	Procedimento específico relativo a Operações Vinculadas Principais